

## ALFABETIZAÇÃO DIGITAL COMO INCLUSÃO SOCIAL: UM DIREITO HUMANO – NUPEN/ FAPAS

Inês Gertrudes Klein Weber\*

Carmen Maria Andrade\*\*

**Resumo:** Este trabalho, fruto de um Estudo de Caso, no Núcleo Palotino de Estudos do Envelhecimento da Faculdade Palotina de Santa Maria – RS/BR tem o objetivo de verificar como os alunos percebem a Alfabetização Digital como instrumento de Inclusão Social no contexto dos Direitos Humanos. Para sua efetivação, construiu-se um referencial teórico-prático, em ação coletiva com pessoas maiores de quarenta e cinco anos. Verificou-se que a iniciativa levou a valorização da Instituição e da comunidade onde o NUPEN está inserido, bem como o aumento da autoestima e a novas perspectivas de vida dos alunos; e que os Direitos Humanos fundamentais sugerem mudanças comportamentais estimuladas pela inclusão social, indispensáveis em ações Educativas como a Alfabetização Digital, sendo que o aprendizado se apresenta sem fronteiras e não determina uma faixa etária. O foco da reflexão centrou-se na necessidade do uso da informação midiática na cultura contemporânea. Neste cenário, concluiu-se que a população idosa possui um lugar de destaque na comunidade, pelos direitos e garantias que lhes são conferidos por lei, e pela inclusão social como um Direito Humano Fundamental.

**Palavras-chave:** Alfabetização Digital. Inclusão Social. Direito Humano. NUPEN/FAPAS.

### Digital Literacy As Social Inclusion: A human Right - NUPEN / FAPAS

**Abstract:** This paper, product of a Case on Pallottine Center Ageing Studies at Palotina College of Santa Maria – RS/BR aims to verify how students perceive the Digital Literacy as Social Inclusion tool in the Human Rights context. To become operational it has put together a theoretical and practical approach in collective action with people over forty-five years old. It was found that the initiative has led to appreciation of the institution and the community where NUPEN is inserted, as well as increased self-esteem and new perspectives of life for students and that the Fundamental Human Rights suggest behavioral changes stimulated by social inclusion, necessary in Educational actions such as Digital Literacy, and that learning has no boundaries and does not determine an age group. The reflection focused on the need to use the media information in contemporary culture. In this setting, it was concluded that the

---

\* Graduação em Geografia Licenciatura Plena pelo Centro Universitário Franciscano de Santa Maria - RS (1986). Graduação em Estudos Sociais Licenciatura Curta pelo Centro Universitário Franciscano de Santa Maria - RS (1978). Especialização em Geociências (UFSM, 2000). Especialização em Educação e Direitos Humanos (FAPAS, 2015). E-mail: [inesgkweber@gmail.com](mailto:inesgkweber@gmail.com)

\*\* Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997) na linha de Pesquisa de Educação, Vida Adulta e Envelhecimento Humano. Coordenadora do NUPEN-Núcleo Palotino de Estudos do Envelhecimento Humano da FAPAS. E-mail: [carmena@brturbo.com.br](mailto:carmena@brturbo.com.br)

elderly population has a prominent place in the community, the rights and guarantees conferred upon them by law, and social inclusion as a Fundamental Human Right.

**Keywords:** Computer Literacy. Social Inclusion. Human Right. NUPEN/ FAPAS.

## **Introdução**

A Inclusão Digital como um Direito Humano e Social no Brasil, vem sendo tratada com especial atenção pelos órgãos educacionais gerenciados pelo Estado, visando a necessidade do uso de recursos tecnológicos, independente da faixa etária, para satisfazer e valorizar as exigências da vida cotidiana.

Com o crescente aumento do envelhecimento populacional, várias áreas ou setores desenvolvem projetos e atividades na perspectiva de um melhor preparo e socialização. Citamos como referência a Faculdade de Maior Idade do Núcleo Palotino do Estudo do Envelhecimento - NUPEN, criada com o propósito de oferecer às pessoas maiores de 45 anos, uma atividade de atualização de conhecimentos, de socialização no decurso das mudanças impostas pelo avanço tecnológico e midiático, afetos às práticas intrínsecas na inserção do ser humano ao mundo contemporâneo.

As Universidades foram e são pioneiras no processo de reintegração dos aposentados e idosos à sociedade, objetivando a melhoria da qualidade de vida e oportunizando a socialização pela alfabetização digital. Neste contexto, este trabalho visa compreender as transformações que a alfabetização digital, como instrumento de inclusão social, proporciona às pessoas acima de 45 anos, no sentido da melhoria da autoestima, da vida mais ativa nas relações familiares, sociais e comerciais. Concebemos tal inclusão, que é digital e, também, social, como um direito humano na integração e participação das mudanças sociais e tecnológicas pela informação na gestão do conhecimento e pela inserção em ambientes digitais.

Desse patamar, o presente estudo tratará da Alfabetização Digital como instrumento de Inclusão Social no contexto dos Direitos Humanos, tendo como referência os alunos do Núcleo Palotino do Envelhecimento e, assim, buscará responder a seguinte questão: Como se dá a Alfabetização Digital na relação com as novas tecnologias midiáticas, de informatização, na promoção da Inclusão Social e na efetivação dos Direitos Humanos-fundamentais com as pessoas acima dos 45 anos?

A pesquisa tem como principal proposta compreender a importância e saber quais as modificações experimentadas por pessoas acima dos 45 anos, no sentido da melhoria da qualidade de vida, autoestima, convívio social e integração, quando motivados pela Alfabetização Digital, como um direito humano e social. Também procurará analisar os motivos que levam os alunos, Adultos Médios e Idosos, a frequentar a Faculdade de Maior Idade, bem como compreender a causa da busca pelo estudo da Informática e qual sua contribuição para a Inclusão Social, aqui entendido como um Direito Humano. Segundo Kachar:

As pessoas aposentadas ou idosas, que por muito tempo foram relegadas quase ao esquecimento pela família e sociedade, com o avanço da ciência, medicina e tecnologia, estão ganhando lugar de destaque junto à sociedade, prova de que os estímulos, a valorização e o incentivo, desperta neles o potencial produtivo e participativo, e que poderão viver com qualidade e plenamente integrados a velocidade das transformações da informatização do mundo tecnológico globalizado (2001, p. 07).

Este artigo seguirá os pressupostos do Estudo de Caso Qualitativo, com coleta de informações por meio da Ficha Etnográfica e de Entrevista composta de três questões, a saber: Razões que levam os alunos a frequentarem o NUPEN/FAPAS; Importância atribuída às atividades de Alfabetização Digital, Percepções sobre as modificações e influências no seu dia-a-dia como elemento de inclusão social no Direito Humano.

Assim, o objetivo geral do trabalho é o de verificar como os alunos percebem a Alfabetização Digital, como um Direito Humano Educacional e uma ferramenta de Inclusão Social.

Enquanto os objetivos específicos são: Compreender os desafios da Alfabetização Digital para a Inclusão Social aos maiores de 45 anos; Observar as ações educativas proporcionadas aos alunos do NUPEN/FAPAS, visando os Direitos Humanos e a Cidadania; Acompanhar as ações educativas que oportunizam a Alfabetização Digital; e Verificar como, e se ocorrem alterações psicomotoras e de autoestima nos alunos referenciados, pela superação das dificuldades no uso das ferramentas tecnológicas.

## **1 Alfabetização Digital: uma realidade a ser alcançada**

O crescimento acelerado da população dos Adultos Médios e Idosos no Brasil tem gerado um afastamento, ou seja, um distanciamento dessa população ao processo de Inclusão

Social, levando-se em conta a Alfabetização Digital ou a informatização, presente em todos os campos das relações humanas como facilitador do trabalho, do lazer, das pesquisas e das relações sociais da inclusão (NASCIMENTO; CAVALCANTI, 2014, p. 1-10).

A partir desse estudo, busca-se compreender as principais condições facilitadoras no aspecto da Alfabetização Digital para uma maior aprendizagem e inclusão no campo social das pessoas da faixa etária de Adulto Médio e Idoso. Mais precisamente, o estudo quer se referenciar ao grupo de alunos inseridos na Faculdade de Maior Idade do Núcleo Palotino de Estudos do Envelhecimento - NUPEN, criado com o propósito de oferecer às pessoas maiores de 45 anos e idosos, oportunidades efetivas de atualização de conhecimentos, assim como de inclusão social. O NUPEN tem, como objetivo, vencer os desafios das mudanças aceleradas e do dinamismo do mundo globalizado. No que se referem aos seus contingenciamentos sociais, econômicos e culturais, pessoas que buscam a inclusão e o direito humano pelo acesso à informática assumem um novo desafio, visando a melhoria da qualidade de vida.

Nessa senda, inscreve-se a Alfabetização Digital entre os direitos humanos fundamentais, citados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu Artigo 27º, na qual é esclarecido: “Toda pessoa tem direito a tomar parte na vida cultural da comunidade, de desfrutar das artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”.

No Capítulo IV, Artigo 219 da Constituição Federal, encontra-se o estabelecimento da garantia e proteção ao direito de comunicação e acesso à informação na busca de tecnologias para salvaguardar e proteger o interesse tecnológico: “O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos da lei federal.” Analisando-se o Estatuto do Idoso, instituído pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, verifica-se, no seu Capítulo V, Art. 21, que o Poder Público viabiliza ao Idoso o acesso à educação. E no parágrafo 1º, é acentuado que “os cursos especiais para idoso incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna”.

Com base nesse contexto, Andrade (2013) sugere mudanças profundas que viabilizem a aproximação de jovens e idosos, possibilitando uma convivência harmoniosa, na promoção da cultura, da vida e do respeito humano, oferecendo ao idoso, condições e oportunidades, a fim de conhecer as novas tecnologias do mundo digital, da informática, podendo assim conquistar conhecimentos e ter oportunidades de participar das experiências culturais,

educacionais, sociais dos mais jovens e interagir pela própria satisfação e autoestima como pessoa socialmente integrada no mundo contemporâneo.

Segundo Cabral (2006, p. 110-119), a ideia de Alfabetização Digital é uma iniciativa de inclusão que visa oferecer à sociedade os conhecimentos necessários para utilizar com um mínimo de proficiência os recursos de informática e de telecomunicação existentes e dispostos no mundo globalizado, como forma de atenuar as diferenças de exclusão.

Cabeda (2004, p. 12-18) também defende a inclusão digital como direito à informação, relacionando à questão da cidadania e ao papel do Estado. O autor refere-se à alfabetização tecnológica e inclusão digital como política pública e um novo desafio para o Estado.

Paulo Freire, embora não tenha deixado escritos numerosos a respeito da utilização de tecnologias na Educação, sempre manteve a postura de um educador aberto a novos métodos e sistemas de ensino (GOMEZ, 2002, p. 01-17).

Segundo Almeida apud Franco:

Adotar as ideias de Paulo Freire para a Alfabetização e inclusão digital significa reinventá-lo em um novo contexto cujas condições históricas, políticas e econômicas são diferentes do momento em que Freire elaborou sua teoria, implicando em uma atualização metodológica na qual prevaleça a essência do significado de suas ideias (2003a, p. 220).

Freire afirma que não se deve ser simplista e responsabilizar o avanço tecnológico em si pelo caos vivido pela sociedade contemporânea. Ele insiste que a questão é política, na qual a reflexão sobre a tecnologia e seu progresso é o da manutenção de certa ‘ordem econômica’. Todo pensamento de Paulo Freire é marcado por sua preocupação com a formação de uma consciência crítica dos educandos.

A Alfabetização Digital, segundo Franco, deve ser usada como instrumento pedagógico auxiliar, para que o aluno possa representar seus conhecimentos midiáticos, criados para que seres humanos realizem a comunicação, como maneiras e práticas de ampliar as oportunidades de educação com qualidade e inserção social.

Nesse sentido, ao se pensar o princípio do direito histórico de igualdade como ponto de partida da inclusão social, verifica-se que a Alfabetização Digital é imprescindível na vida de todos, principalmente para a integração das pessoas adultas, como um princípio básico de respeito à dignidade do ser humano no mundo globalizado, movido e gerido tecnologicamente.

## 1.1 Significados da Alfabetização Digital e Inclusão Social

Independente da faixa etária, a cultura contemporânea tem sinalizado a exigência e necessidade do conhecimento da informática, dos recursos tecnológicos, sua simbologia e aplicação na vida cotidiana. A Alfabetização Digital é tema bastante recorrente na atualidade. As exigências sociais apontam para o avanço tecnológico, evidenciando os mais variados e diferentes perfis de excluídos digitais. Destarte, as pesquisas apontam que a população mais idosa permeia a margem, ou seja, são considerados excluídos digitais, para os quais é preciso criar espaços de inclusão digital, voltados à ampliação de sua cidadania, na busca do direito de interagir e o direito a se comunicar por meio de redes informacionais e outros recursos dos quais dependem diuturnamente.

Para alguns autores como Cabral apud Baptista, a Alfabetização Digital se funde com a inclusão social, visto que iniciativas de inclusão digital são aquelas que visam oferecer à sociedade “os conhecimentos necessários para utilizar com um mínimo de proficiência os recursos de informática e de telecomunicação existentes e dispor de acesso físico regular a esses recursos” (2006, p. 01). A Inclusão Digital e social se assemelham, portanto, à ideia de alfabetização no processo de inclusão social, voltando o foco para aqueles que também se encontram no próprio contexto de exclusão social, acrescentando a temática da tecnologia no sentido de somar esforços para atenuar as diferenças.

A partir dessas colocações, observa-se que a alfabetização digital possui forte correlação com outras formas de desigualdade social, e conforme o autor, as taxas mais altas desta exclusão encontram-se nos setores de baixa renda e idosos que não convivem com a tecnologia da informação, maculando o amplo exercício da sua cidadania e o direito do cidadão.

Neste sentido, Borges (2006), referencia que a população acima de 45 anos no Brasil, vem crescendo em ritmo acelerado, com claras tendências de aumento nas próximas décadas. Para o ano de 2025 estima-se atingir um total de trinta milhões de idosos, o que acarretará mudanças estruturais profundas. Esse aumento populacional em idade madura tem gerado diversas demandas, sendo que uma dessas está relacionada à adaptação da informática, que é tida como instrumento facilitador de trabalho, pesquisa, relações sociais, lazer e inclusão, bem como um Direito Humano fundamental e de Inclusão Social.

Na contemporaneidade, desvela-se a inserção de novas tecnologias de comunicação e informação; para as quais é necessário o desenvolvimento de capacidades críticas e reflexivas sobre os seus impactos, de forma a atentarem, segundo Mallmann e Alberti (2013, p. 53-70), para a apropriação de forma ativa, crítica e emancipatória, estimulando a constituição de professores e estudantes como sujeitos críticos e participativos do mundo através do acesso à educação.

Conforme Telles (2014, p. 05), além do aprendizado inicial, tendo presente que o ensino é um processo contínuo, vale destacar que a educação como princípio de inclusão social enlaça-se a todas as etapas da vida, assegurando ao Idoso absoluta prioridade dentre outros direitos sob a garantia do Poder Público. Nessa nova ordem, em que a informação está no núcleo da transformação, destaca o autor que a alfabetização digital é inclusiva, pois permite a quem sabe apenas intuitivamente, por uso, bem como para quem nada conhece, mas tem curiosidade e interesse, ingressar de vez no mundo tecnológico, indo além, como ferramenta de compreensão de um novo universo com implicações de responsabilidades e consequências. Saber como usar estas tecnologias é um primeiro passo no compromisso do interesse individual, visando o interesse coletivo e social.

A Inclusão digital e social é retratada por uma ótica positiva, por estar interligada em seus propósitos, suas metodologias e seus grupos sociais:

A Inclusão Social pode ser entendida como a ação de proporcionar para populações que são social e economicamente excluídas – no sentido de terem acesso muito reduzido aos bens (materiais, educacionais, culturais, etc.) e terem recursos econômicos muito abaixo da média dos outros cidadãos – oportunidades e condições de serem incorporados à parcela da sociedade que pode usufruir esses bens. Em um sentido mais amplo, a inclusão social envolve também o estabelecimento de condições para que todos os habitantes do país possam viver com adequada qualidade de vida como cidadão pleno, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem de forma fundamental e consciente (ALONSO apud MOREIRA, 2010, p.157).

Nessa perspectiva, vimos que os desafios para ampliar a participação e garantir a inclusão social, independente da faixa etária, mas especialmente das pessoas de mais idade, é um fator cultural, dependente de um cenário criativo de habilidades e oportunidades para que venham a agir como cidadãos integrados ao mundo cibernético global, evidenciado pela inclusão digital, como conquista e garantia dos direitos humanos que lhe são assegurados pelo poder do Estado.

Nesses termos, a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, no quinto capítulo, declara que o idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade, cabendo ao Poder Público criar oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos e metodologias de forma a integrá-lo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos para a sua integração na vida contemporânea.

Os escritos de Kachar afirmam que:

[...] na sociedade moderna, os idosos – tendo direitos garantidos [...] dá origem a um novo conceito de envelhecimento, o dos aposentados, que passam a ser percebidos dentro de novas políticas administrativas e governamentais. Surge a ideia de integração desses recém-aposentados, originando o termo “Terceira Idade”, nova visão de envelhecimento, de perspectiva de realização de diversas atividades e de vida” (KACHAR apud NASCIMENTO, 2014, p. 02).

Segundo essa autora, a proliferação das tecnologias de comunicação e de informação, tem despertado um grande interesse entre os idosos, no que se refere ao aprendizado da informática e ao uso das novas tecnologias, considerando os benefícios de atualização e inclusão no meio do seu convívio.

Verifica-se que é por meio da Alfabetização Digital, do conhecimento da Informática, que a pessoa de mais idade, ou já aposentada pode retornar a algumas atividades profissionais, isto porque a computação ultrapassa a questão do trabalho, oferecendo atividades culturais por meio de cursos virtuais, salas de bate-papo e diversas tecnologias.

Com os novos paradigmas do mundo contemporâneo, emergem também as necessidades educacionais da tecnologia digital como uma possibilidade de acesso fácil às informações em tempo real, com a família, amigos e redes sociais, serviços como pagamento de contas em bancos virtuais, etc. O espaço virtual possui rico potencial educacional para os mais velhos e contribui para o seu bem-estar, ainda que sempre haja limitações ou dificuldades, bem como a necessidade de maior tempo e dedicação, levando-se em conta a metodologia e um panorama biopsicossocial e cultural específico para o bom desempenho da Alfabetização Digital nesta faixa etária (KACHAR, 2003).

Nascimento e Cavalcanti (2014, p. 10) afirmam que o idoso não deve viver isolado do mundo e que tem todo o direito de aprender, pois é um ser como todo ser humano e sente necessidade de aprender as coisas, não deixando, assim, de ser como os jovens. Muitos idosos

melhoraram visivelmente sua qualidade de vida após o conhecimento da informática, tornando-a mais prazerosa e interessante.

Segundo Franco (2003b), é preciso interagir com inovações tecnológicas cada vez mais aceleradamente, especificamente no campo das necessidades comerciais e domésticas, na rua, nos meios de transporte, nos bancos, nas repartições públicas, nos supermercados, nos domicílios e nos mais diversos ambientes de trabalho das regiões metropolitanas e também no campo. Por ora, diz o pesquisador, encontramos-nos frente a frente com bilhetes, tarjas, cartões magnéticos, catracas, eletrônicos, aparelhos, máquinas, enfim computadores com as mais variadas funções e tecnologias. São situações rotineiras que produzem sentimentos de ansiedade para uns, e perplexidade para outros; são medos, inseguranças que precisam ser vencidos. Somente com as características de domínio da linguagem digital é possível a efetiva participação da sociedade do mundo globalizado.

As necessidades oriundas das atuais exigências sociais, proporcionadas pelo avanço tecnológico, demonstram os mais variados perfis de excluídos digitais. Franco referencia os excluídos digitais alfabetizados e não alfabetizados. Tanto um quanto outro, pode não possuir o conhecimento da informatização e se deparar com fatos constrangedores perante as mais simples situações o dia a dia. Cita como exemplo um caixa eletrônico.

Franco reitera ainda a necessidade e a importância da colaboração nas redes sociais e nos grupos de trabalhos virtuais, considerando que é uma competência exigida pela economia da informação como pelas exigências das democracias contemporâneas na era digital. Desta forma, aprender a cooperar entre iguais é uma capacidade fundamental do mundo contemporâneo, pelas possibilidades ilimitadas que se abrem nas redes globais de intercâmbio digital e porque os problemas e situações no mundo contemporâneo são de tal magnitude e complexidade que ultrapassam a capacidade individual de enfrenta-los. Thomas e Brown (2011) também destacam a importância dos coletivos virtuais que se influenciam em um processo progressivo de enriquecimento e construção compartilhada.

No que respeita à educação para o uso consciente da tecnologia por idosos, FREITAS apud TELLES afirma que:

Visando a plena integração do idoso à vida moderna cotidiana, os cursos especiais para idosos deverão incluir em seus respectivos conteúdos programáticos as matérias referentes à computação, inclusive as diversas formas de comunicação por meio da informática (2014, p. 05).

Para alguns estudiosos, a ‘inclusão’ é um processo em que uma pessoa ou grupo de pessoas passa a participar dos usos e costumes de outro grupo, passando a ter os mesmos direitos e deveres. Observa-se que a formação do cidadão contemporâneo exige desenvolvimento e capacidade do trabalhar criativo e em colaboração de equipes, o que aponta para a necessidade de serem criados contextos sociais de apoio e confiança, e que sejam compreendidas e estimuladas às diferenças e, desta forma, provocada a interação cultural e social, inicialmente de pequena parcela que servirá de fermento e iniciativas para a grande massa.

## 1.2 Direitos Humanos e Inclusão Social

O que é ‘Direito Humano’? Todo ser humano busca, em última análise, ser feliz. Para atingir esta primazia, Hannah Arendt (apud LAFER, 1997, p. 58) resume o Direito Humano como: “o direito de ter direitos”, ou seja, é um direito que torna o homem cada vez mais humano.

A definição de Direitos Humanos tem sido um grande desafio, mas quando referido, todos sabem e entendem o que significa, porém, historicamente, representa as condições mínimas necessárias para uma vida digna. De forma genérica e abreviada, segundo Gorczewski:

Direitos Humanos são um conjunto de exigências e enunciados jurídicos que são SUPERIORES AOS DEMAIS DIREITOS, quer por entendermos que estão garantidos por normas jurídicas superiores, quer por entendermos que são direitos inerentes ao ser humano. Inerentes no sentido de que não são meras concessões da sociedade política, mas nascem com o homem, fazem parte da própria natureza humana e da dignidade que lhe é intrínseca; e são fundamentais, porque sem eles o homem não é capaz de existir, de se desenvolver e participar plenamente da vida; e são UNIVERSAIS, porque exigíveis de qualquer autoridade política em qualquer lugar (2009, p.20).

Ainda conforme o autor, direitos humanos não são leis e costumes e nem mesmo frutos de uma invenção ou de uma construção de um sábio da área do direito. Também não se formou ao longo da história da humanidade, não surgiu a partir de um poder político e, nem foi imposto pela força. O direito humano é visto como um conjunto de exigências muito diferentes entre si, com períodos históricos distintos, no decurso do tempo da caminhada humana. Dessa forma, não é possível, de acordo com pesquisas, estabelecer uma unanimidade de conceitos sobre o que está implícito no universo do direito humano, uma vez que um

grande número de ciências se debruça sobre o tema e cada qual atribui a sua própria denominação sobre o mesmo tema, mas nem sempre com significados iguais. Ainda conforme Gorczewski, a expressão, ‘direitos humanos’ está estreitamente vinculada a outros conceitos conhecidos, como: ‘direitos fundamentais’, ‘direitos naturais’, ‘direitos morais’, etc.

A expressão ‘Direito Humano’, possui uma grande vantagem sobre os demais, por ter se tornado popular e ter sido empregada pelas Nações Unidas com o título da Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada e proclamada pela resolução 217 (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, mostrando de forma compreensível e direta que estes direitos são pertencentes a dignidade da pessoa humana, por isso reivindicáveis pela força da lei. Em seu Artigo 1º referencia, “Todos os seres humanos nascem livres em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.

Nessa perspectiva, os direitos humanos não são um patrimônio de uma cultura, ou de um sistema político de uma região. Em todas as civilizações, em todos os momentos da história, encontram-se raízes dessa vontade de conquistar o reconhecimento para todos do ‘direito de ser homem’. E é em respeito a esses direitos que deve fundar-se a luta contra a opressão, a injustiça, a miséria, a ignorância, a doença e a fome que, se não forem vencidas, fazem com que a invocação desses direitos soe como algo vazio e sem sentido. O ensino e a educação, em seu sentido integral e amplo, constituem a essência da promoção dos direitos humanos, base e condição para a conquista do respeito e da vigência desses direitos.

E onde começam os direitos humanos? Em lugares próximos a nossa casa – mas tão próximos e tão pequenos que não são vistos em nenhum mapa-mundi. É o mundo dos indivíduos; dos vizinhos com os quais convive; da escola ou da universidade onde estuda; da fábrica, do galpão ou do escritório onde trabalha. Estes são os lugares onde o homem, mulher, velho ou criança, busca igual justiça, iguais oportunidades, igual dignidade, sem discriminação. E, a não ser que estes direitos tenham importância aí, não terão em nenhum lugar. Sem ação para defesa dos direitos próximos, buscá-los-emos em vão, em um mundo mais amplo. (GORCZEWSKI, 2009, p.180).

Ainda conforme o autor, a educação voltada para os direitos humanos poderá ajudar a resolver os problemas atuais da humanidade, uma vez que educar é criar uma cultura preventiva, fundamental para erradicar a violação dos mesmos. Visto que a educação em direitos humanos é tida como importante ferramenta na prevenção da violação desses direitos, fomenta a conduta e as atitudes baseadas na tolerância, na solidariedade e no respeito.

A educação como um direito humano aparece no art. 6º da CF/88: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Neste viés, Zaro destaca:

A educação é um direito de personalidade, decorrente da simples existência do ser humano, que tem início com o nascimento e apenas termina com a sua morte. Esse direito não se refere tão somente a uma liberdade de aprendizagem, mas se caracteriza com o direito social, pois todos podem exigir do Estado a criação de serviços públicos para tê-lo, tendo características de direito absoluto, intransmissível, irrenunciável e inextinguível (2013, p. 103).

Com base nesses princípios, e a partir das próprias exigências inatas da evolução do ser humano, cabe ao indivíduo o direito de estar em contínuo aprendizado. É o direito institucional que lhe é garantido, pelo simples fato de se constituir partícipe do mundo globalizado, evolutivo e dinâmico, onde a educação representa o alicerce para o exercício da cidadania, científica e capacita para a reivindicação e a inserção na ampla esfera dos Direitos Humanos Universais.

## **2 Sobre o envelhecimento humano**

O envelhecimento da população humana é um fenômeno de amplitude mundial. A OMS (Organização Mundial de Saúde, 2001) prevê que em 2025 existirão 1,2 bilhão de pessoas com mais de 60 anos, sendo que os muitos idosos (com 80 ou mais anos) constituem o grupo etário de maior crescimento. Ainda de acordo com a mesma fonte, a maior parte dessas pessoas, (aproximadamente 75%) vive nos países em desenvolvimento.

Conforme o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), no Brasil, em 1950, a expectativa de vida era de 46 anos. Hoje, a expectativa de vida dos brasileiros, é de 75 anos, o que representa mais de 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. Em 2060, a expectativa de vida alcançará 81 anos. Ainda conforme o IBGE, as mulheres continuarão vivendo mais do que os homens, sendo que a expectativa de vida delas será de 84,4 anos, contra 78,03 dos homens. Nesta época, o País terá igual número de idosos e de jovens, que representarão 18% da população geral, ou 47 milhões de pessoas em cada uma dessas faixas etárias. Por outro lado, as Nações Unidas (2002) indicaram que a taxa de dependência dos aposentados da classe economicamente ativa tende a cair gradualmente ao longo dos próximos anos. Segundo

a mesma fonte, o Brasil, em 2060, terá apenas três trabalhadores para sustentar um aposentado.

Um fator que contribui para o aumento da taxa de envelhecimento da população brasileira é a queda do índice de fecundidade observada nos últimos trinta anos. Na década de sessenta, o número de filhos por mulher era de cinco, e atualmente caiu para dois ou menos, e, para 2030, a previsão é de que o índice caia para 1,5. A queda do número médio de filhos por mulher terá um impacto negativo sobre o crescimento da população brasileira. Segundo os cálculos do IBGE, o número de brasileiros crescerá até 2042 e, a partir daí, os óbitos superarão os nascimentos.

De acordo com informações do Correio rio-grandense (16 set. 2015, p.10-11), “o aumento da expectativa de vida e a queda da natalidade fará o número de idosos quadruplicarem até 2060”. Hoje, das 20 cidades com maior concentração de pessoas com idade superior a 60 anos, 18 são do Rio Grande do Sul. Segundo o Censo de 2010, Porto Alegre é a capital que concentra o maior número de idoso e também de longevos, ou seja, de pessoas com idade superior a 80 anos. Cidades da Serra e Vale do Taquari lideram o ranking de pessoas idosas. Em Coqueiro Baixo, no Vale do Taquari, 29,38% dos 1.528 habitantes são idosos, o que faz da cidade líder nacional de população idosa. Segundo avaliação do Departamento de Gerontologia da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, o envelhecimento da população impõe desafios que se referem à assistência social, saúde e inclusão, porém, o Brasil ainda não está preparado para atender sua população idosa. As Políticas Públicas não são colocadas em prática pelos governos municipais, estaduais e federais. ‘O país envelheceu sem estar preparado’, mesmo assim, ocupa a 56ª posição do ranking mundial dos melhores países para os idosos viverem.

O dado é do levantamento anual Global AgeWatch Index 2015, feito pela organização HelpAge International, em parceria com a Universidade de Southampton, nos Estados Unidos. Segundo o estudo, o melhor país no mundo para os idosos é a Suíça, seguido da Noruega, Suécia e Canadá. O pior país para a terceira idade é o Afeganistão. O estudo avaliou o bem-estar social e econômico dos idosos em 96 países, levando em conta os critérios como renda, saúde e educação, emprego e ambiente favorável. Diz ainda que, o Japão é o país onde os idosos de 60 anos têm a maior expectativa de vida. Ao chegarem aos 60 anos de idade, os japoneses ainda têm, em média, mais 26 anos de expectativa de vida. Segundo a Organização Mundial da Saúde, há 61.568 idosos de 100 anos no Japão (87,3% são mulheres).

“A Organização Mundial de Saúde (OMS) classifica o envelhecimento em quatro estágios: meia idade, de 45 a 59 anos; idoso, de 60 a 74 anos; ancião, de 75 a 90 anos; velhice extrema, os mais de 90 anos” (SIMÕES, 1998 p.25). Para compreender o processo do envelhecimento do ser humano, é preciso levar em conta as capacidades de atuação do indivíduo em diferentes meios e proporções, não apenas a idade cronológica, porém a idade biológica, social e psicológica são parâmetros sinalizadores do envelhecimento. Tanto a idade cronológica como a biológica podem ocorrer de forma diferenciada e distinta em cada indivíduo de acordo com o meio em que vive. Já a idade psicológica está relacionada as modificações cognitivas e afetivas transcorridas ao longo do tempo de vida, o que significa um grande potencial para o rendimento intelectual nesta idade (SILVA, 2005, p. 05).

Na concepção de Mishara e Riedel (apud Duarte, 1999, p.43), a idade social designa papéis que se pode, se deve, se pretende e se deseja que venham a desempenhar na sociedade. Determinados papéis podem entrar em conflito com aspectos arbitrários da idade cronológica. Esses conflitos entre as idades social, psicológica e cronológica constitui uma forma de dissonância, sobretudo quando se faz referência ao isolamento social do idoso, podendo ser ocasionado muitas vezes, por exemplo, pela aposentadoria ou a morte de parentes, antecipando, assim, a morte social frente à biológica.

Nesse sentido, Souza, Galante e Figueiredo (apud Custódio, 2006, p.05) afirmam que as teorias do envelhecimento bem sucedido veem o sujeito como proativo, regulando a sua qualidade de vida através da definição de objetivos e lutando para alcançá-los, acumulando recursos que são úteis na adaptação à mudança e ativamente envolvidos na manutenção do bem-estar. Portanto, um envelhecimento bem sucedido é acompanhado de qualidade de vida e bem estar e deve ser fomentado ao longo dos estados anteriores de desenvolvimento.

O processo de envelhecimento é ativo, sendo, de certa maneira, imposto pelo próprio organismo, segundo um programa genético e que também recebe influências do meio, portanto, quanto mais atuante estiver o ser humano na sociedade, maior será a qualidade de vida deste.

Segundo Simões (1998, p. 29), o envelhecimento deve ser encarado como uma nova fase da vida, mais rica e menos atribulada, um momento em que as respostas não vêm do rigor físico, mas do aprimoramento da sensibilidade. Na realidade, o envelhecimento assusta por ser uma fase final do organismo humano, o que leva algumas pessoas a associarem a sua chegada à morte. Indivíduos que conseguem superar esse medo passam a encarar a velhice

como uma nova fase da vida, cheia de desafios a enfrentar, como em qualquer outro período da existência.

O Papa João Paulo II salienta que os “anciãos ajudam a contemplar os acontecimentos terrenos com sabedoria, porque as vicissitudes os tornam mais experimentados e amadurecidos” (apud LOBATO, 2003, p. 03). Na carta aos idosos, expressa: “Eles são os guardiões da memória coletiva e, por isso, intérpretes privilegiados daquele conjunto de ideais e valores humanos que mantém e guiam a convivência social. Excluí-los é rejeitar o passado, no qual penetram as raízes do presente, em nome de uma modernidade sem memória”.

Na sociedade capitalista, a forma correta de agir socialmente está relacionada ao adulto jovem, considerado produtivo. Isso se reflete na sociedade brasileira para a qual a idade mais avançada costuma ser associada à invalidez, e é considerado período dramático marcado por incertezas e irrelevâncias. Mesmo idosos considerados física e mentalmente capazes são, muitas vezes, discriminados pela idade e recusados em uma série de atividades. Essa discriminação extrapola o âmbito social e alcança o familiar, em cujo espaço o idoso conduz a participação nas decisões à medida que vai avançando na idade.

Duarte (1999, p. 12) enfatiza que, profissionalmente, é importante que o idoso se mantenha ativo, não se isolando como se fosse um incapaz. Embora algumas profissões exijam certo condicionamento físico e possam ser vetadas a pessoas de idade avançada, existe uma gama de atividades que são perfeitamente possíveis a pessoas idosas. A partir do momento em que a pessoa com mais idade não tem uma ocupação, passa a se sentir inútil e desvalorizado no meio onde vive. Nesse sentido, surge a necessidade de programas que deem oportunidade para as pessoas idosas continuarem desenvolvendo seus potenciais.

Assim, Nunes (apud Custódio, 2006, p.11) afirma que pensar a educação e a atualização dos idosos continuamente é desenvolver uma nova postura crítica e reflexiva frente aos problemas decorrentes dessa fase da vida, estimulando a criatividade dos idosos. Nesse processo, é importante que o idoso possa exercitar uma visão crítica da realidade em que vive e atua, bem como a convicção de que é possível transformá-la.

Segundo Salgado (1982, p. 18), “as sociedades precisam reformular suas ideias sobre a velhice eliminando as posturas preconceituosas que tanto aviltam a dignidade que durante milênios de evolução, a espécie humana tem lutado para conquistar”. É necessário que se prolonguem ou se criem oportunidades novas para os que envelhecem, mantendo-os vivos e participantes segundo suas condições psicofísicas para com isso, devolver-lhes sua total dimensão.

Na concepção de Andrade (2011, p. 15), quando o idoso cessa sua atividade produtiva tende a reduzir o contato com as pessoas e com o ambiente, angustiando-se por compreender que seu tempo de vida é cada vez mais restrito, o que reduz sua autoestima manifestando frequentemente um estado depressivo. Conforme a autora, as perdas mais significativas que ocorrem na terceira idade se referem aos problemas de autoimagem e autoestima, identificadas pela destruição da imagem pessoal, por não se sentir mais uma pessoa útil, acarretando angústia, agressividade, podendo ainda desencadear problemas psiquiátricos.

O adulto com idade acima de 45 anos enfrenta, ainda hoje, muitas dificuldades quanto ao seu relacionamento com pessoas de faixas etárias diferentes, isto é, mais jovens, e quanto a oportunidades de atuação e possibilidades de mostrar suas qualidades, sentindo-se, na maioria das vezes, discriminado e até desvalorizado. Nesse sentido, é necessário realizar um trabalho de inclusão social de caráter específico com a terceira idade, no qual o foco educacional seja a sua própria condição de envelhecimento pessoal e social. Segundo a autora acima citada, é preciso que o trabalho com o idoso firme o auto respeito e a confiança muitas vezes diminuídas com a aposentadoria, as relações com a sociedade, a rejeição da família, e outras.

A família deve assumir a importância perante o idoso, compreendendo-o, apoiando-o e o protegendo, pois o seu comportamento é fundamental na conquista dos melhores resultados. A sociedade deve estar preparada para modificar o seu comportamento com relação à pessoa de maior idade, demonstrando o seu respeito, valorizando e criando soluções para seus problemas.

A doença, a fragilidade, a inatividade, a dependência e solidão são imagens que devem ser afastadas da terceira idade, considerada uma fase feliz da existência, um momento de transmissão de experiências e sabedoria. O envelhecimento deve ocorrer com dignidade, pois a dignidade é intrínseca ao indivíduo como um direito humano universal no qual toda sociedade deve participar.

Segundo Camargo (1977, p. 77), o comportamento de pessoas que se retiram de suas ocupações mostra como a aposentadoria pode ser uma situação traumática, que exige um constante e difícil reajuste. Sem nenhum planejamento para continuar uma atividade prazerosa e útil e manter elevada sua autoestima, essas pessoas tenderão muitas vezes a ocupar o tempo com ideias fúteis ou atividades frívolas, ou então a se retrair para junto da televisão, de romances ou revistas, até o ponto de saturação. A ociosidade será suportada até que a vida se torne totalmente sem significado e as alterações de relacionamentos entre

esposos, as implicâncias com os familiares, as manifestações exacerbadas dos traços de caráter, tornam-se o único recheio para o vazio existencial.

A aposentadoria pode trazer à tona conflitos interpessoais, que foram durante muitos anos mascarados pelas atividades ocupacionais. Em qualquer fase do desenvolvimento humano, o reconhecimento social e a influência dos grupos de participação são de primordial importância para a manutenção dos sentimentos de pertinência e engajamento a grupos específicos e de valorização pessoal. Segundo Sinésio apud Veras:

O atendimento ao envelhecimento da população é uma aspiração natural de qualquer sociedade; mas isto por si só não basta. É importante almejar uma melhoria na qualidade de vida daqueles que envelhecem. Para o autor, o desafio para os países pobres é considerável; já que no passado, quando, as populações dos países europeus começaram a envelhecer, tais países eram ricos, a população mundial menor e a sociedade menos complexa (1999, p. 16).

Os países do terceiro mundo como o Brasil, entretanto, além de não conseguirem atender as necessidades básicas da infância, defrontam-se com o crescimento de um novo grupo etário para atender as demandas específicas.

O tema da educação, cultura, esporte e lazer estão intrínsecos no texto do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) em seu quinto capítulo que declara que o idoso tem direito à educação, cultura, esporte e lazer, diversões e espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. Cabe ao Poder Público criar oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos e metodologias de forma a integrar o idoso as técnicas de comunicação, ou seja, à alfabetização digital no campo da informática e demais avanços tecnológicos. Também deverão ser incluídos nos diferentes níveis de ensino conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e a valorização do idoso, bem como os meios da comunicação deverão manter espaços especiais voltados a eles, com a finalidade informativa, artística e cultural (PAIM, 2004, p. 27).

Constata-se, porém, que ainda existe um grande distanciamento entre o texto da lei e a realidade da participação social dos idosos na conquista dos seus direitos, por isso os programas direcionados a estas pessoas se tornam imprescindíveis no trabalho de questões de Inclusão Social como um Direito Humano.

## 2.1 Histórico e motivos da criação da Faculdade da Maior Idade

A Faculdade de Maior Idade do Núcleo Palotino de Estudos de Envelhecimento – NUPEN foi criada com o propósito de oferecer às pessoas maiores de 45 anos uma atividade de atualização de conhecimentos e uma preparação para a aposentadoria, bem como apontar uma maneira de aprender a envelhecer.

Com o aumento considerável da população idosa brasileira, estudos apontam que este tempo de vida prolongado não é alcançado de forma satisfatória. Neste decurso, por ora, são sujeitos com problemas graves, seja nos aspectos biológicos ou do lugar social da velhice, ainda não devidamente considerados nos papéis que podem representar para toda e qualquer sociedade. Essa camada da população, em diferentes realidades, tende a ser desprezada e marginalizada, ainda que se reconheçam as normais modificações que afetam indivíduo e o ambiente onde vive (ANDRADE, 2011, p. 43).

Várias áreas do conhecimento vêm desenvolvendo projetos e atividades visando preparar as pessoas para enfrentar da melhor maneira possível, esse momento da vida. Decorre daí a importância de elaborar e oferecer a esta camada da população perspectivas que apontam para a Inclusão Social e a Educação continuada como um Direito Humano. É nesse contexto e, na constante busca pelo respeito e dignificação da vida humana em todas as suas etapas que foi criado o Núcleo Palotino de Estudos do Envelhecimento.

Ainda segundo Andrade (2011), a sociedade precisa mudar em relação aos idosos, dando oportunidade a todos. Atualmente, as pessoas dessa faixa etária estão buscando espaços na sociedade, valorizando-se mais e procurando o convívio em grupos sociais da mesma idade, ou também de idades diferentes. Assim, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de oferecer condições e espaços para a construção de uma vida saudável, evitando-se, assim, um envelhecimento deficitário, denunciando a exclusão e buscando momentos e oportunidades para a construção de uma identidade desejável para todos.

Nesse sentido, Coelho escreve:

O aumento rápido da esperança de vida, implica viver por período de tempo bastante longo, sendo necessário então, que a sociedade, ofereça possibilidades de maior participação e valorização, evitando que, em função da idade, as pessoas se tornem marginalizadas. Como as possibilidades de uma vida longa são maiores, é essencial trabalhar as virtudes fundamentais para tornar a vida interessante e socialmente densa em todos os sentidos. (2003, p. 14)

A dedicação excessiva ao trabalho e à procriação faz com que os adultos sintam-se realizados pelas suas produções e suas relações afetivas, porém, como um fator natural, acontecem seguidamente a jubilação do trabalho, a saída dos filhos de casa e outras perdas

consideradas importantes, sendo necessário restabelecer vínculos de reconhecimento, atualização de conhecimentos e do sentido da própria vida.

É diante dessa faixa etária, marcada por experiências significativas que as atividades, as oportunidades de atualização e de participação em grupos com os mesmos objetivos podem traduzir melhor sua natureza. Se os períodos anteriores de vida condicionaram a velhice, resta, porém, estabelecer mediações adequadas aos limites e aos potenciais emergentes. É necessário que haja uma integração entre as pessoas de uma mesma faixa etária, preferencialmente dentro de uma Instituição, para que se estabeleçam vínculos significativos entre as mesmas.

Segundo Andrade (1996, p. 19), as maneiras e formas como o desenvolvimento da integração social acontecerá seguem as necessidades, as disposições, e as decisões das pessoas envolvidas, bem como as condições sociais do ambiente onde estão inseridos. Os lugares de mediação do desenvolvimento dos adultos são de fato as Instituições existentes e aquelas tidas como necessárias para atender as suas reivindicações mais específicas, por isso, a relevância de uma Faculdade da Maior Idade dentro de uma Instituição Confessional de Ensino.

Coelho pondera que o lugar ideal para estimular a integração e a autoestima, visando à longevidade, é a Escola.

Esta permitirá a valorização das habilidades do adulto, a melhoria de sua qualidade de vida e a oportunidade de resgatar seus sentimentos humanitários, dando-lhe oportunidades de adquirir novo gosto de viver, ao mesmo tempo oportuniza sua integração na comunidade (2003, p. 17).

Atento ao aumento crescente do número de pessoas idosas no País, a Faculdade Palotina de Santa Maria, RS, resolveu abrir suas portas e proporcionar às pessoas com idade acima de 45 anos, um espaço para a renovação de seus conhecimentos, com dignidade e participação. Um ambiente educacional, onde os alunos adultos possam desenvolver suas habilidades cognitivas, buscando sua integração social, com a sociedade como um direito humano.

O Núcleo Palotino de Estudos do Envelhecimento teve sua origem no ano de 2008 com o propósito de oferecer atividades nas três áreas de atuação do ensino superior: o ensino, a pesquisa e a extensão.

No escrito de Andrade e Lasta (2011, p. 196), aparece que o projeto visa atrair seus ex-alunos, ex-professores, ex-funcionários e familiares que buscam atividades culturais e sociais complementares após sua aposentadoria. E também, é aberto à comunidade em geral, com a finalidade de atender pessoas aposentadas ou não, que queiram afastar a solidão e preencher espaços ociosos do seu tempo com boas e gratificantes convivências sociais intelectuais, culturais e recreativas.

O objetivo da Faculdade Palotina da Maior Idade é desenvolver um trabalho interdisciplinar voltado à valorização do adulto e/ou do velho, estudando a vida adulta e o envelhecimento. A metodologia usada para o trabalho é a participação ativa de todos os componentes, buscando a reflexão das condições de vida do adulto na sociedade atual. Iniciando lentamente, procede a uma análise do processo de envelhecimento, procurando sempre incentivar a percepção própria dos integrantes, bem como o da coletividade, isto é, a socialização, a integração, a atuação, a amizade e a atualização intrínseca à história do cotidiano, sempre referenciado aos direitos humanos. O projeto funciona com aulas às terças-feiras, ministradas por professores, (convidados e/ou da Instituição), nas dependências da FAPAS (OLIVEIRA; ALENCAR, 2011, p.198).

O conteúdo foi ministrado, inicialmente, através de disciplinas como: Psicologia da Vida Adulta e do Envelhecimento Humano; Fundamentos da Vida Adulta e/ou Cultura Religiosa e Filosofia, porém, desde 2009 até hoje, além destas, foram inseridas: Estudos Sociais; Oficinas de Língua Portuguesa (Português, Inglês e Espanhol), Oficinas de Artes (Coral e Artesanato), Movimento (Natação, Ginástica, Ioga); ‘informática’ e conhecimentos gerais. Além das aulas, os alunos assistem a palestras, organizam celebrações religiosas e participam de encontros, viagens, visitas de estudo e atividades de confraternização.

Este projeto vem preencher uma lacuna na comunidade santa-mariense. No que se refere à FAPAS, os ‘novos alunos velhos’ que chegaram, causaram significativas alterações na rotina da Faculdade, nas relações pedagógico-administrativas, na ocupação dos espaços, na seleção de metodologias, na adequação das barreiras arquitetônicas, nas atividades interseriores, e nas relações interpessoais, sem dizer que agora professores, alunos e funcionários podem dividir o espaço acadêmico com os pais e avós.

Os recursos humanos necessários ao funcionamento das atividades são: um professor com quatro horas aula semanal para Coordenar, uma auxiliar de secretaria, professores para as diferentes disciplinas oferecidas. Como recursos materiais, conta com uma sala de aula, capela, biblioteca, além dos recursos audiovisuais da IES e Laboratório de Informática.

### 2.1.1 Ouvindo os Alunos

De acordo com a pesquisa proposta, este estudo tratou da Alfabetização Digital como instrumento de Inclusão Social no contexto dos Direitos Humanos, tendo como referência o Núcleo Palotino de Envelhecimento – FAPAS e obteve como ferramenta de pesquisa de campo; um questionário, no qual os sujeitos, referentes à pesquisa, tiveram a oportunidade de responder, de forma direta, escrita a próprio punho. Após o recolhimento desse material, ocorreu a digitalização fiel dos conteúdos respondidos.

Propusemos aos participantes três questões:

- a) Quais as razões que levam os alunos a partir dos 45 anos a frequentarem o NUPEN/FAPAS?
- b) Qual a importância atribuída às atividades de Alfabetização Digital?
- c) Como percebem as modificações ocorridas no seu dia-a-dia como elemento da Inclusão Social no Direito Humano?

### 2.1.2 Quais as razões que levaram os alunos, a partir dos 45 anos, a frequentarem o NUPEN/FAPAS?

Sobre este questionamento foram apresentadas aos participantes quatro alternativas, que foram respondidas assim: a grande maioria disse que foi por interesse em atualizar seus conhecimentos; outra afirmou que era para sair de casa, outras para fazer novos amigos e outros responderam que é para aprender coisas novas. Neste item, em particular, os alunos ainda enfatizaram que buscavam a qualidade de vida e atualização com o mundo em que vivem.

Nesse sentido Gadotti (1988, p. 171) escreve que a tarefa da educação consiste em afirmar a existência concreta do ser humano (que está sempre se formando), que não é estática. O homem precisa decidir-se, comprometer-se, escolher, precisa se encontrar com o outro, estar permanentemente se atualizando.

As respostas que se seguem vêm reforçar esta questão: *“desejo me manter atualizada com a vida atual, para poder-me sentir fazendo parte de um grupo familiar, entendendo a linguagem e interesse de meus filhos e netos... Gosto de português, conhecimentos gerais, psicologia... e em áreas humanas, alguns temas de filosofia...; participar do coral, noções de*

*informática, noções de psicologia e fisiologia de pessoas de idade mais avançada.... Outra fala afirma o desejo de ter uma convivência de estudo e socializar-se com pessoas da mesma faixa etária”(F 25).*

Segundo Beauvoir:

Para que a velhice não seja uma irrisória paródia de nossa experiência anterior, só há uma solução – é continuar a perseguir fins que deem um sentido à nossa vida: dedicação a indivíduos, a coletividade, a causas, trabalho social ou político, intelectual, criador, (...) é preciso desejar conservar na última idade paixões fortes o bastante para evitar que façam um retorno sobre nós mesmos. A vida conserva um valor enquanto atribuímos valor a vida dos outros, através do amor, da amizade, da indignação, da compaixão. Permanecem então razões para agir ou para falar (1990, p. 661).

Em outro momento da fala, vimos que o NUPEN está ligado à vontade de estabelecer relacionamentos com pessoas mais novas, recordar e cultivar amizades e atualizar-se com diversos assuntos. Também foi afirmado em certa fala que: *“depois que eu vim conhecer a Faculdade da Maior Idade, adorei o ambiente e já faz quatro anos que estou aqui e não consigo me imaginar longe. Ou, como dizem outros, para ampliar os horizontes através dos passeios, excursões, enfim viagens para tantos lugares. Viajar, confraternizar datas festivas (Páscoa, Natal, São João, aniversários.). Preencher o tempo com atividades proveitosas... Em outras falas foram identificadas a atualização, a vontade de aprender mais, pois em casa as pessoas não adquirem conhecimentos. Trocar pareceres com os colegas”(F-28).*

A referência de maior ênfase na fala dos alunos foi: *“a vontade de ter alguma atividade fora do ambiente familiar. Conviver com pessoas da minha faixa etária, com pontos de identificação no passado e no presente. Ter um grupo de amigos da mesma faixa etária; Conviver com um grupo. Sentir-se amiga e ter novas amizades. Renovar conhecimentos já esquecidos. Após a aposentadoria de serviço público, integrar-me com pessoas de atividades e grupos sociais diferentes”(F-20)*. As respostas demonstram a necessidade das pessoas de se sentirem valorizadas e úteis para aproveitarem um espaço apropriado como o da escola.

Andrade lembra que:

Um programa de preparação para a aposentadoria é concebido no conceito de educação permanente, processo que abrange todas as dimensões da vida, em todos os campos do conhecimento que podem ser adquiridos contribuindo para o desenvolvimento da personalidade humana, pela interação permanente de sua reflexão e ação. Nas palavras da autora, o aspecto social da aposentadoria, com todas as

implicações na qualidade de vida humana, estabelece a necessidade de uma educação para o homem maduro, partindo das necessidades e interesses de cada indivíduo, com a finalidade de liberar, progressivamente, em sua personalidade, todas as suas ricas dimensões. Os indivíduos mais idosos têm potencialidades e limitações e é a partir do reconhecimento dessas possibilidades que será viável um processo educativo (1996, p. 108).

A Faculdade Palotina de Maior Idade tem procurado conhecer e compreender seus alunos, observando suas atitudes, seus relacionamentos e suas manifestações mediante situações vivenciadas em sala de aula, com pessoas da mesma faixa etária e com os mesmos objetivos, portanto, é uma proposta de educação permanente e adequada à adultez e terceira idade, contribuindo de forma efetiva para os idosos se situarem como pessoas participantes e capazes de influenciar na solução de alguns problemas, quer do seu grupo familiar, quer da sua própria comunidade.

### **3 Importância atribuída às atividades de alfabetização digital**

Com esta proposta, objetivamos entender a importância das atividades de alfabetização digital e as razões que levam as pessoas acima de 45 anos a querer aprender Informática, uma vez que as aulas são optativas. Convém salientar que e o Núcleo Palotino de Estudo do Envelhecimento oportuniza aos seus alunos a possibilidade da integração social e tecnológica, buscando capacitá-los a se manterem produtivos, com mais autonomia e atuantes no mundo digital. Nesse sentido, Kachar referencia:

A tecnologia invadiu as casas, empresas, instituições de todos os tipos, a sociedade como um todo. Os recursos da imprensa, rádio, TV, telefone, fax, vídeo, computador, Internet são disseminadores de culturas, valores e padrões sociais de comportamentos. Cada vez mais o ser humano cria dependências pelos recursos eletrônicos, que passam a coexistir no dia a dia de todos. Com isso as mudanças transparecem em diversas dimensões de viver na sociedade tecnologizada. Esses artefatos fazem com que a comunicação seja intermediada pela máquina e não pela voz humana (2001, p.1-8).

A seguir, outras respostas sobre as razões que motivaram e incentivaram os alunos a optarem pela alfabetização digital como instrumento de inclusão social. Os alunos foram questionados a cerca de como a Alfabetização Digital ajuda na sua vida, onde a usam e o que mudou depois desse processo de alfabetização. Este posicionamento se apresentará nos textos que se seguem.

### 3.1 Alfabetização digital como instrumento de ajuda na vida cotidiana

A tecnologia da informação e comunicação tem crescido no mundo contemporâneo, e a Alfabetização Digital entrou na vida das pessoas de todas as idades e veio para ficar. Nesta senda, Kachar (2001, p. 07) referencia que, “o adulto de hoje faz parte de uma geração “pré-icônica”, por isso a dificuldade de fazer a leitura multidimensional que os recursos tecnológicos exigem”. A pessoa está contida no mundo do progresso, e só vislumbra o discernimento do futuro com a informática. Para não haver um processo de marginalização por desconhecimento dos recursos eletrônicos, é preciso inteirar a nova linguagem da tecnologia ao mundo da comunicação, como elemento capaz de modificar e facilitar a vida em todas as dimensões.

Os alunos do Núcleo Palotino de Estudos do Envelhecimento ao serem questionados sobre a contribuição da alfabetização digital, mencionaram que a Informática facilita a comunicação e o contato com as pessoas, como veremos nas seguintes falas: *“A Informática me facilita a comunicação, é um instrumento com fatos e pessoas que estão distantes, serve para pesquisar coisas que desconhecemos e facilmente descobrimos o que é. (FA – 59); Uso para me informar, comunicar e curtir todas as informações. (FC-50); A informática ajuda muito com o relacionamento de amigos distantes e pertos. (FC-59); Ajuda-me em pesquisas sobre muitos assuntos, como: a encontrar pessoas que há muito tempo não se encontravam e muitas mensagens principalmente de autoajuda. (F-60); Para entrarmos em contato com as pessoas que há muito tempo não encontramos, mesmo sem imaginar a distância que nos separa.(FA-60). A Informática é muito importante, ajuda-nos a crescer ou seja evoluir... gosto muito de pesquisar, faço muitas leituras, isto aumentou meus conhecimentos, deu ótimas informações. (FB-60); Uso bastante as redes sociais, por intermédio delas reencontramos pessoas e somos reencontradas. Amigas colegas dos tempos da Faculdade, nos localizam e nos visitam. É muito bom revisitar a faculdade, os pontos onde a turma frequentava, etc... (F-65).*

Ao analisarmos as falas, vimos que a Alfabetização Digital é de suma importância, pois ela contribui para desmistificar a solidão, encurtar distâncias, aproximar as pessoas e ainda oferece um potencial de melhora da qualidade de vida, como: provendo-as com pesquisas, informações e serviços externos as suas residências com agilidade e precisão.

Destarte, a questão da alfabetização digital, promove a inclusão social de uma maneira ampla e determinada, na medida em que podem ser estimuladas funções cognitivas em

situações específicas de ensino e aprendizagem com pessoas de 45 anos ou mais. A partir do desenvolvimento das habilidades no uso das tecnologias, é possível transferir para outras situações semelhantes como consultar caixas eletrônicas, celulares e afins (Kachar, 2009).

Houve aqueles que se referiram a este domínio como meio de atualização: “*Uso a informática na procura de conhecimentos. (FC-59); Em certos momentos, preencho minhas horas, crescendo aos meus conhecimentos. (FB-60); Ajuda bastante sobre vários assuntos como: pesquisa sobre doenças, culinária, plantação, etc. (F-60); Faço consultas e pesquisas no Google. (FB-63); Uso o Face; E-mail, no sentido de adquirir conhecimentos dados a sua importância, e também para relacionamentos sociais. É uma ajuda muito preciosa. (F-74); A informática mudou para melhor, meu conhecimento e cultura em geral. É muito importante, não estou só escrevendo e sim recebendo informações (F-78)*”.

Constatou-se que o objetivo, quanto à alfabetização digital, foi alcançado. O Facebook desde o início dos relatos foi citado como alvo de curiosidades, pelo seu enorme leque de benefícios, como um espaço de encontro, partilhas, interação e discussão de ideias e temas de interesse comum na inclusão social, utilização de serviços de mensagens instantâneas, redes sociais e outros. Conforme relatos o computador é uma excelente ferramenta de aproximação física e social entre familiares, amigos, colegas.

No escrito de Trevisan encontramos que:

Não é difícil identificar um perfil quando há razões para isso na área da informática. Você não curte um WhatsApp? Não participa de Facebook? Não tem amigos nem seguidores? Não ouviu falar em Skipe? Só envia e recebe e-mail? Já está formada a sua ficha cadastral e etária! Você é um idoso amparado por um Estatuto, mas desconectado do mundo. É o que pensam todos, menos os da sua idade. A reação e surpresa o levam a entrar no mundo digital... é possível reinventar-se, com o mundo da informação (2015, p. 02).

Apenas um aluno afirmou que usava a informática na sua atividade laboral. E que agora, precisou reinserir-se, ou atualizar seus conhecimentos, dizendo: “*Quando parei de trabalhar, a INTERNET estava começando a ser usada. Eu usava em meu trabalho o FÁCIL e PLANÍLHA. Fiquei fora do mercado de trabalho e não usei mais computador*”(F-21).

Outro aluno levantou um ponto negativo do uso dos meios de informática, dizendo: “*O ponto negativo é que as pessoas compartilham notícias antigas sem ver a data de publicação e postagens de tragédias pessoais (acidentes e doenças). Às vezes a gente nota intolerância, não respeitam as opiniões uns dos outros e tecem comentários jocosos*”(F-33).

Já podemos perceber que a tecnologia está cada vez mais acessível à população, porém, o mau uso desta com o despreparo do usuário, pode ser um grande agravante no desenvolvimento da criatividade e síntese da população. Na sua maioria, as novas tecnologias vêm para resolver problemas, agilizar a comunicação, ajudar a melhorar a qualidade de vida da população, desta forma a ética e o bom senso são parâmetros importantes no seu uso diário. Ir contra a evolução tecnológica é ‘nadar contra a correnteza’. Por isso torna-se necessário criar condições para a utilização apropriada desses instrumentos sem que eles gerem danos à saúde e ao bem estar do usuário.

### 3.1.1 Aplicando a Alfabetização Digital

A informática dispõe de muitos programas e ferramentas que ajudam em diferentes atividades do dia a dia, isso ficou claro nas respostas dadas pelos alunos ao serem questionados sobre onde a usam, expressando-se assim: *“Uso para me informar, comunicar, curtir todas as informações. (F-57); Para me comunicar com amigos, familiares sem mesmo sair de casa, comprar on-line, pois agora minhas compras são feitas geralmente pela internet. (FA-59); Uso para entrar nas Redes Sociais, para a comunicação com amigos, para manter-me informada e pesquisar palavras. Uso também para bater papo com amigos. FB-59); No desenvolvimento para poder me relacionar com os filhos e sobrinho, uso as Redes Sociais para cursos e Família. (FC-59); Uso é em casa e a mudança é que pode-se estar sempre em contato com pessoas de longe, mas a mudança é para melhor apesar de não interferir no dia a dia.(F-60); Uso a Informática para fazer compras, pagamentos. (FA-63); A Internet hoje, uso e me ajuda muito, é uma viagem pelo mundo da informação; A Internet expande os horizontes do saber; Aproveito tudo de bom que ela oferece: Sites de artesanato, decoração, moda, curiosidades. (F-65); O grupo de Estudos aqui do NUPEN auxiliou-me a começar a desvendar o mundo virtual. (FB-59).*

### 3.1.2 Mudando a vida através da Alfabetização Digital.

A informática mudou definitivamente a sociedade e continua mudando a vida das pessoas de todas as idades. Isto está bem presente nas falas que seguem: *“A informática ajuda em todos os sentidos da vida social (F-57). O que mudou para mim, é que agora estou mais conectada com amigos, inclusive os que moram em estados e países diferentes e que antes era*

*difícil a comunicação, agora com as redes sociais, sempre sei o que acontece com os amigos e como estão.(FA-59); O que mudou, só acrescentou à minha vida, não me sinto sozinha, nas horas que a tristeza bate tem sempre alguém on-line para trocar mensagem, tecer comentários. (FB-59); Mudou bastante minha vida, deixei de visitar os amigos, porque já temos um relacionamento diário no Face. Mas gosto de pesquisar, olhar as fotos das pessoas conhecidas. (FC-59); A informática, está me ajudando, existe uma maneira, é só querer encontrar-se para um crescimento e melhor viver. (FA-60); Minha vida mudou, porque tudo ficou mais prático e rápido de resolver, certos problemas que levariam dias e meses são resolvidos no momento. (FA-63); A minha vida mudou em relação a me conectar com o mundo, saber mais sobre outros povos, seus costumes, etc.. Mudou também a rapidez da comunicação entre as pessoas, encurtando tempo e distância. É uma janela que se abre a nossa disposição. (F – 65).*

Considerando a importância atribuída às atividades de Alfabetização Digital, é inegável que houve uma mudança radical na perspectiva da ampliação dos horizontes para o mundo contemporâneo, olhando pelo prisma da inclusão digital, tida como condição fundamental para ser e viver como cidadão no mundo de hoje. A vida das pessoas mudou de uma forma positiva com o advento da tecnologia, como alternativa de inclusão, a saída da imobilidade e isolamento despertando nas pessoas o alerta e a importância da constante aquisição de conhecimentos e ressignificação da sua existência, com forte sentimento de partícipes e integrantes do mundo midiático.

Para Brandão:

O acesso à tecnologia da informação e comunicação pode favorecer a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Um dos aspectos nos quais esse princípio se sustenta é justamente a existência de uma sociedade cujo modo de operação, relações humanas e subsistência se baseiam na informação advinda, sobretudo, da internet (2010 p.13).

A Inclusão Digital é um direito humano, reforça o autor salientando, que deriva da organização e inserção da tecnologia em todos os espaços vitais, para a sobrevivência dos seres humanos em seus mais amplos aspectos. Isto ocorre pela interconexão da Internet ligando os pontos planetários mais longínquos e pela disposição da navegação do ambiente tecnológico informacional.

### 3.2 Modificações ocorridas no dia-a-dia; causa da inclusão social: um direito humano

O estudo também mostrou que, a partir do momento em que os alunos acima de 45 anos, passaram a frequentar o Núcleo Palotino do Estudo de Envelhecimento e a prática da Alfabetização Digital, algumas mudanças ocorreram em suas vidas. Vale destacar que a inclusão digital, é parte indissociável da socialização da pessoa no mundo contemporâneo. Dessa maneira, evidenciando que a informação e comunicação é um Direito Humano estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 em seu art. 27, onde referência sobre a liberdade e “direitos universais” de cada ser humano na inserção da sociedade na cultura e informação. Sendo que na primeira geração dos direitos humanos, encontra-se a definição sobre a preservação das liberdades fundamentais, através do exercício da cidadania e da aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana.

A dignidade e o respeito como um direito humano conquistado e vivido estão expressos na fala sobre as modificações ocorridas no cotidiano de cada elemento do grupo: *“Eu Estou Muito Feliz’, minha qualidade de vida melhorou 100%; Minha autoestima e poder de decisão me libertam; Estou motivada para ver as coisas boas; Despertou o interesse por conhecimentos tecnológicos; Maior disposição física e mental, maior tolerância e amplo conhecimento do relacionamento humano; Meus familiares perceberam que eu mudei para melhor; Aprendi que “estamos no mundo para ser felizes”, que temos direito de realizar nossos desejos e sonhos; Tive muitos exemplos positivos, fiquei mais extrovertida, fiz muitos amigos; Tenho oportunidade de aprender sempre; Aprendi informática, atualizei-me com muitas atividades extraclases; Consegui conviver em harmonia com pessoas de personalidades diferentes, outros valores; Tenho uma grande alegria de viver e conviver com outras pessoas que não faziam parte do meu círculo de amigos; Mais solidariedade e maior participação com as pessoas; Adquiri mais conhecimento sobre a trajetória da vida; Tive momentos de grande alegria, diferentes de quando era profissional, pois hoje sou aluna e não professora; Maior integração com pessoas da minha idade; Tenho ampliado meus conhecimentos sobre assuntos diversos, de acordo com as aulas que são dadas; Como eu era de outra cidade, acabei fazendo novas amizades e isto é muito significativo” (F-86).*

As mudanças ocorridas na vida dos alunos após frequentarem a Faculdade de Maior Idade do Núcleo Palotino de Estudo do Envelhecimento nos mostra que é importante viver em espaços livres do nosso dia a dia exercendo uma atividade que desperta o gosto pelo viver e que o relacionamento com outras pessoas oferece oportunidades de conhecer as diferenças e

semelhanças interpessoais. Somente através das relações humanas aprendemos valores como alegria, amor, amizade, solidariedade e autoestima.

É importante atentar para o fato de que, no mundo em que vivemos, a tecnologia é um fator de inclusão ou exclusão social, que beneficia saberes e aproxima as pessoas nas redes sociais, qualifica-os no conhecimento, disponibilizando entretenimento, logo a rede das relações humanas está em expansão, propiciando mudanças profundas no meio social, com reflexos na área dos direitos humanos fundamentais em todas as faixas etárias. Partindo do princípio, de que é importante, para os idosos, que sejam criadas condições para o acesso à informatização, Vitória Kachar reflete:

O idoso, não pode ficar excluído desse universo. É importante criar condições para que a pessoa de mais idade possa ter acesso ao computador, sua linguagem e aos seus recursos. Construir estratégias metodológicas educacionais para preparar a população da terceira idade (ativa ou aposentada) no domínio operacional das ferramentas computacionais, gerar a alfabetização digital na nova linguagem tecnológica que se instala em todos os setores da sociedade e insere o idoso nas transformações da sociedade (2001, p. 07).

Nesta nova ordem, em que a informação está no núcleo da transformação do cenário mundial, podemos destacar ainda pontos importantes observado neste estudo: a busca de contatos das pessoas acima de 45 anos, no intuito de se tornarem partícipes do NUPEN/FAPAS, voltado à ampliação da cidadania, como um direito de todos à inclusão digital, porta de acesso às redes informacionais, que tanto podem propiciar o olhar reflexivo sobre si no mundo. Daí, uma nova consciência, uma mudança de mentalidade.

## **Conclusão**

Este estudo buscou apresentar a relação existente entre a Alfabetização Digital, a Inclusão Social como um Direito Humano, referenciado na Faculdade de Maior Idade do Núcleo Palotino de Estudo do Envelhecimento. A pesquisa enfatizou a importância e a necessidade da inclusão das pessoas acima de quarenta e cinco anos no mundo da informação. Observou-se que, a tecnologia fomentada na socialização e na educação, abre portas ao convívio, e facilita a interação social, como um direito humano que deve ser incorporado pelas pessoas dessa faixa etária, como prevenção contra a prática da exclusão e desigualdade.

Como ponto forte da pesquisa, ficou expressa a imensa predisposição à aprendizagem das novas tecnologias informacionais, para interação com a vida atual, bem como a satisfação

advinda da capacidade do uso dos recursos midiáticos: como o computador, com sua infinita possibilidade de acesso à comunicação, socialização, interação cultural, ao contato com pessoas próximas e distantes, propiciando a melhoria da autoestima e novo sentido de viver.

Ficou evidente que a inclusão social das pessoas com mais idade, no universo virtual, ocorre por estímulos e incentivo de ressignificação da sua qualidade de vida, pelo contato com familiares, amigos e colegas em tempo real, no uso da ferramenta tecnológica, com a informática pela internet, possibilitando uma vida mais feliz, saudável e prazerosa.

Cabe destacar que o direito humano de aprender é ilimitado, do qual ninguém pode ser excluído, é manifestado e vivenciado como direito universal. Nessa perspectiva, viu-se que: toda pessoa tem o direito de aprender e a compreender o mundo em que vive, naquilo que lhe é necessário para viver dignamente, para desenvolver capacidades profissionais e para se comunicar. Essa lógica foi confirmada neste estudo, pela integração e socialização do grupo, pela troca de ideias e solução de dúvidas no aprendizado da informática. Verificou-se que o Direito Humano consiste na dignidade da interação do ser humano, no coletivo desenvolvimento das suas potencialidades, e que as mudanças individuais tornam os indivíduos cidadãos planetários, na formação da sociedade justa e igualitária.

Diante disso, vimos que é primordial a preparação para a chegada da velhice, dentro dos aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Assim a proposta inovadora da FAPAS/NUPEN está sendo alcançada, no favorecimento da formação integral do idoso, auxiliando-o no desenvolvimento da capacidade de reflexão e valorização da sua autoestima. O conhecimento adquirido, as experiências vividas e a sabedoria das pessoas que se encontram na faixa etária iniciada aos quarenta e cinco anos não podem ficar sem investimento, aproveitamento e valorização. A maior idade não significa uma decadência, e sim uma sequência da vida, e a possibilidade diante dessas transformações da idade pode trazer vários transtornos como a depressão e doenças.

O NUPEN/FAPAS é o espaço que contempla tanto necessidade física, quanto espiritual, auxiliando às pessoas da mesma faixa etária a verem o verdadeiro sentido da vida, dando-lhes condições de viverem felizes e com dignidade. Uma vida com novas oportunidades, convívio entre as pessoas com as mesmas necessidades, trazendo consequências positivas e nova visão do mundo.

As disciplinas ministradas sobre a vida adulta, envelhecimento humano, as oficinas de Informática, estudos de temas da atualidade, integração e direito humano, com atividades extraclasse (visitas a universidades, museus, viagens de estudos e participação em eventos)

são muito apreciados pelos alunos. Este espaço é uma possibilidade de aprendizagem, tanto para as pessoas envolvidas diretamente nas atividades (professor e alunos) como para a instituição, mostrando uma nova maneira de interagir com a comunidade externa, mas, sobretudo, com a comunidade interna. Esta atividade vem mostrando que os funcionários e professores da instituição, bem como a comunidade em geral, após a aposentadoria, tem a oportunidade de se manterem atualizados com ações desenvolvidas pelo NUPEN/FAPAS.

Assim, ficou claro que, independente da idade e condição social, quando bem conduzido uma Faculdade é um estabelecimento para todas as idades, e que os adultos e velhos ganham muito ao retornar aos bancos escolares e convivem com crianças e jovens. A Faculdade revelou ser um local de referência para uma vida de qualidade, e mostrou que envelhecer também se aprende na escola.

Este trabalho possibilitou maior conhecimento a respeito dos benefícios e modificações que aconteceram na vida das pessoas com mais de 45 anos. Os alunos, demonstraram que o NUPEN contribui para uma melhor qualidade de vida, principalmente no que se refere ao convívio, à troca de experiências, e à valorização de cada um como ser humano em contínuo aprendizado. Pode-se afirmar que a alfabetização digital como inclusão social, garantida como um direito humano, e outras variáveis tem para eles um significado potencial, e revela um perfil que deu certo. As evidências mostram a mudança na realidade pessoal, no exercício da cidadania e no reencontro com sua identidade nesta fase da vida, na medida em que se mantém atualizados, valorizados na autoestima, no convívio com as pessoas, o que realizam com motivação e interesse em obter novos conhecimentos.

## Referências

ANDRADE, C. M. (Org). **Quando eu envelhecer**. Santa Maria: Biblos Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. LASTA, S. Faculdade da Maior Idade: uma maneira de aprender a envelhecer. In: OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; D'ALENCAR, Raimunda Silva (Org.). **As experiências de Univ. abertas em um Brasil que envelhece**. Curitiba, PR: CRV, 2011.

\_\_\_\_\_. (Org). **Quando eu me Aposentar**. Santa Maria: Biblos, 2013.

\_\_\_\_\_. **Uma pedagogia a velhice**: o desafio da construção de um trabalho com idosos no Brasil. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

BAPTISTA, S. G. **A inclusão digital: programas governamentais e o profissional da informação.** 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index/.php/inclusao/articleView/22/36>>. Acesso em: 22 de ago. 2015.

BEAUVENIR, S. de. **A velhice.** Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BORGES, G. F. **Nível de atividade física, capacidade funcional e qualidade de sono de idosos.** Florianópolis. 2006. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada 05 de outubro de 1988. Brasília/ DF: Senado Federal, 1988. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.** Brasília/ DF: Senado Federal, 2003. Disponível <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm)>. Acesso em: 21 ago. 2015.

BRANDÃO, M. **Dimensões da inclusão digital.** São Paulo: All Print Editora, 2010.

CABEDA, M. Inclusão digital e educação, on-line em prol da cidadania: pontos para reflexão. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância.** São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-8, fev. 2004.

CABRAL FILHO, A. V. Sociedade e tecnologia digital: entre incluir ou ser incluída. **Liinc em Revista.** São Paulo, v.2, n.2, p.110-119, set. 2006.

CADERNO ESP. Terceira Idade, População cresce e desafia. Especial CR 10-11. **CORREIO RIOGRANDENSE,** Caxias do Sul, RS. p Central Ano 107. Nº. 5.463, 16 set. 2015.

CAMARGO, R. C. T. **A universidade, os cursos de fisioterapia e a Terceira Idade.** (Dissertação Mestrado) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 1977.

COELHO, E. S. **Escola para Adultos: uma valorização à vida.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria: UFSM, 2003.

CUSTÓDIO, L. **Gerenciamento de empresas x envelhecimento humano: exigências do Mercado Frente às Características inerentes ao Envelhecimento de Gestores nas Organizações.** Artigo resultante final de Monografia do curso M.B.A. em Recursos Humanos e Marketing da Faculdade Metodista de Santa Maria – FAMES-RS, 2006.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, **Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.** Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>> Acesso em: 22 set. 2015.

DUARTE, L. R. S. **Idade cronológica**: mera questão referencial no processo de envelhecimento. *Estudos Interdisciplinares Sobre Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 2, p. 35-37, 1999.

FRANCO, M. G. Inclusão Digital: Uma Proposta na Alfabetização de Jovens e Adultos. In: WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA – WIE, 2003, São Paulo. **Anais...** PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003a. p. 216-225.

\_\_\_\_\_. **Aprender a amar**: O quinto pilar do conhecimento na educação da nova era. São Paulo, PUC-SP - Dissertação de Mestrado, 2003b.

GADOTTI, M. **Educação e compromisso**. Campinas: Papyrus, 2ª ed. 1988.

GOMEZ, M. Alfabetização na esfera digital: Uma proposta freireana. **Revista Educação em Foco**. Minas Gerais, p.1-17. 2002.

GORCZEWSKI, C. **Direitos Humanos Educação e Cidadania**: conhecer, educar, praticar. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KACHAR, V. **A terceira idade e o computador**: interação e produção num ambiente educacional interdisciplinar. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo, PUC. 2001.

\_\_\_\_\_. **Terceira Idade & Informática**: Aprender revelando potencialidades. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Inclusão Digital e Terceira Idade**. In: Novas necessidades de Aprendizagem, Barroso, Á.E.S. (Coordenação geral). São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social/ Fundação Padre Anchieta. 2009.

LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos**: a contribuição de Hannah Arendt. *Estudos Avançados* 1997. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/6925>> Acesso em: 20 de set. de 2015.

LOBATO, A. **A idade da sabedoria**. 2003. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=263272>>. Acesso em: 21 set. 2015.

MALLMANN, E. M.; ALBERTI, T. F. Integração das tecnologias educacionais em rede como prática da liberdade no processo de expansão e interiorização do ensino superior. In: CAVALHEIRI, A.; ENGERROFF, S. N.; SILVA, J. da C. (Org.). **As novas tecnologias e os desafios para uma educação humanizadora**. Santa Maria: Biblos, 2013, p. 53-76.

MOREIRA, I. de C. **A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil**. *Revista Inclusão Social*, Brasília: IBICT, v. 1, nº 2, 2006.

NASCIMENTO, J. L. G. do; CAVALCANTI, R. dos S.. In: CINTEDI – Congresso internacional de educação e inclusão- práticas pedagógicas, direitos humanos e interculturalidade. 2014. **Anais**. 2014. p. 1-10.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **The world health report**. Genebra: (s.n.), 2001.

PAIM, P. **Estatuto do Idoso**. Lei nº 10.741/2003. Brasília, DF: (s. n.), 2004.

SALGADO, M. A. **Envelhecimento**: um desafio para a sociedade - a Terceira Idade. São Paulo: SESC, 1988.

SILVA, M. C. **O processo de envelhecimento no Brasil**: desafios e perspectivas. Texto sobre Envelhecimento, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 43-60, 2005.

SIMÕES, R. **Corporeidade e terceira idade**: a marginalização do corpo idoso. 3 ed. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

TELLES, A. K. Educação digital: A influência da tecnologia em rede no sistema educacional. **Revista Litterarius**, Santa Maria, v.13, n 2, p 1-16, 2014.

THOMAS, D.; BROWN, J. S. **A new culture of learning**: cultivating for a world of constant change. Now York: Soulellis Studio, 2011.

TREVISAN, M. WhatsApp, Face e Coirmãos... **A Razão**, Santa Maria, RS. Ano: 82 nº 247 p. 2, Sexta feira - 31 jul. 2015.

VERAS, R. P. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. **Ciência & Saúde Coletiva**. Revista da Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva, v. 9, n. 2, p. 423-432, 1999.

ZARO, J. **Considerações sobre os Direitos Humanos no Brasil**. 1.ed. Santa Maria: Biblos, 2013.